

José Gomes Ferreira

CARTA A UM BOM PORTUGUÊS

**Manual para Fazer a Revolução de Cidadania
Que Falta para Resgatar o País**

**LIVROS
D'HOJE**

ÍNDICE

| | |
|-----|---|
| 11 | Carta a um Bom Português |
| 13 | Introdução |
| 15 | A austeridade na primeira pessoa |
| 21 | Afinal, quem são os culpados? |
| 40 | O país está melhor ou está pior? |
| 48 | Um perigoso conflito institucional |
| 55 | O ajustamento até foi progressivo |
| 60 | Com austeridade, a Economia melhorou |
| 65 | Escalar uma montanha de dívida |
| 73 | Reestruturação da dívida ou de atitudes? |
| 85 | A Economia já recupera, mas ainda não é sustentável |
| 92 | Uma sociedade bipolar |
| 99 | Um bom povo, que merece uma boa liderança |
| 103 | Uma revolução de eficiência |
| 106 | Proteger a classe média |
| 112 | A revolução já começou |
| 121 | Um governo sem força para combater lóbis |
| 126 | Passos e Seguro sabem quem trama o país |
| 135 | Ver mais longe |
| 138 | A velha política, sempre à espreita |
| 144 | Não haverá por aí melhores candidatos a Belém? |
| 149 | Reformar o Estado, de uma vez por todas! |
| 159 | Estranhas decisões políticas |
| 170 | Garantir Educação e Saúde públicas |
| 176 | O mito da falência da Segurança Social |
| 179 | Acabar com os lóbis e privatizações de favor |
| 192 | Exterminar as PPP e outras negociatas |
| 198 | Porque deixámos o Banco Verde tomar conta de nós? |
| 201 | O lóbi verde que rebentou vermelho de dívida |
| 207 | O «não!» do Governo ao banqueiro do Regime |
| 209 | A banca e a estranha aliança política |
| 212 | O estertor do Regime |
| 215 | Obrigar os bancos a financiar a Economia |
| 223 | Não, Bom Português, nunca deixes privatizar a Caixa Geral de Depósitos! |
| 225 | Se queres bom crédito, mostra sempre boas contas |

- 230 Em luta pela igualdade fiscal
- 232 Pôr a Justiça a funcionar de vez!
- 246 Regras para a revolução pacífica
- 257 Não tenhas medo, passa a palavra!

CARTA A UM BOM PORTUGUÊS

Manual para fazer a Revolução de Cidadania que falta para criar uma Economia mais produtiva e uma sociedade mais equilibrada; uma Revolução de Cidadania para obrigar os governantes a acabar com os bloqueios gravíssimos que nos prejudicam; para obrigar os políticos a fazerem o que têm de fazer: reduzir a influência dos lóbis infiltrados no Estado que nos esmagam a todos, cidadãos e empresas. Uma Revolução para renovar as instituições, mudar o Regime e reconstruir Portugal.

E se os governantes não forem capazes de fazer este trabalho, então, sim, este manual servirá para fazer uma Revolução de Cidadania capaz de derrubar governos inúteis e de desalojar políticos ineficientes dos cargos de poder.

INTRODUÇÃO

Ao contrário do que diz a oposição, a austeridade não falhou coisa nenhuma. O défice público foi reduzido; a dívida pública está sob controlo; o défice externo do país transformou-se em *superavit*; o regresso aos mercados financeiros foi um êxito, assegurado sem ajuda adicional; o desemprego diminuiu; o PIB voltou a crescer; as exportações somam e seguem; os turistas são cada vez mais; Portugal volta a estar nas bocas do mundo, por melhores razões.

Ao contrário do que diz o Governo e a maioria que o apoia, as célebres «reformas estruturais» mal foram iniciadas; o perfil da Economia ainda não mudou o suficiente; o investimento em actividades realmente produtivas e geradoras de emprego não descolou; a Reforma do Estado foi uma mentira pegada; os interesses instalados foram pouco incomodados; os portugueses pagam a electricidade, os combustíveis líquidos, o gás natural e de botija e alguns pacotes de telecomunicações a um preço escandaloso; as privatizações não trouxeram mais competitividade ao país, mas sim mais lucro para os amigos; os bancos continuam a não dar crédito, ou então cobram juros exagerados a muitas empresas viáveis.

Escrevo este livro para todos os bons portugueses – e são muitos, a esmagadora maioria – que não se resignam, que estudam, trabalham, inovam, fabricam com qualidade e exportam, mas têm de enfrentar uma burocracia criminosa que os não deixa investir, uma dúzia de grandes interesses instalados que têm o país capturado para receber rendas chorudas à custa das empresas e das famílias, um regime político capturado por interesses, uma democracia descompensada.

Escrevo este livro para vos convidar a fazer uma revolução. A revolução que falta para desbloquear todos estes constrangimentos, estes

atavismos, esta política de rendeiros do Regime, dissimulada ao mais ínfimo pormenor e infiltrada nas mais altas instâncias do poder político, em concreto no poder legislativo, naquela que devia ser a Casa da Democracia, a Assembleia da República.

Escrevo este livro para, juntos, fazermos uma revolução. A Revolução de Cidadania que falta para desalojar os interesses, mudar o regime político-partidário para libertar de vez a Economia, equilibrar a sociedade e renovar completamente os hábitos do Regime e desalojar os protagonistas da Velha Política que continuam a infernizar as nossas vidas. Porque estamos todos fartos deles.

Fartos.

Mesmo.

A AUSTERIDADE NA PRIMEIRA PESSOA

Vejo-te aí no teu bairro, no supermercado, às compras ao final do dia. Também eu gosto de ir ao supermercado, mantém-me ligado ao meu país real.

Já é hora de jantar. A tua mulher está com os miúdos. Já deu banho ao mais novo e está a tirar uma dúvida de português ao mais velho. A do meio entretém-se a ver os vídeos sobre maquilhagem no YouTube, até que a chamem para jantar.

Ainda não começaram a comer. Estão à espera de ti, mas a tua mulher não tem a certeza de que chegues rápido. Daqui a alguns minutos, vai começar a servir a refeição aos miúdos. Talvez coma com eles, talvez espere por ti...

E tu ainda aí, no supermercado, a andares lentamente entre as estantes alinhadas e a gente que passa com pressa...

Tens uma expressão que me preocupa. A tua cara parece que saiu das fotografias de papel mate, não reflecte as lâmpadas que te rodeiam. Os teus olhos absorvem a luz como se estivessem famintos. Mas tu até nem tens muito apetite. Até te dá jeito ter um pretexto para não ir depressa para casa. Passaste no supermercado para comprar uma pasta dentífrica, um champô, os flocos de cereais. Coisas miúdas que te apercebeste que estavam a acabar lá em casa, sem sequer a tua mulher te ter pedido para as comprares.

Sim, gostas de ajudar. Também gostas de ir aos supermercados. De caminho aproveitas para pensar nalgumas coisas que te andam a incomodar, como vais passar o ano que vem... e o seguinte... e o seguinte... com os miúdos a crescer, as despesas também... cada vez mais.

No caminho, passas junto à garrafeira. Que vontade te dá de comprar esse tinto do Douro ostensivamente exposto no caminho, que está

em destaque nos produtos do dia logo ali à entrada. Para abrir e festejar com os amigos no fim-de-semana...

Mas 8,55 euros por uma garrafa de vinho é dinheiro! E para convidar os amigos teria de ser pelo menos duas...

Já sabes que, se o comprares, a tua mulher vai perguntar porque é que te deixaste fraquejar. Ela, que nem tem passado na área dos perfumes do *shopping* para não cair na tentação de se pôr a namorar a nova sombra para os olhos e os pincéis da marca que adora...

Pois...

Há quatro anos não seria assim.

Ela haveria de ter comprado a sombra para os olhos, os pincéis, o batom e o perfume da mesma marca. E tu já terias comprado o vinho, duas garrafas, talvez três, já terias telefonado aos teus amigos:

– Sábado é em minha casa, não se esqueçam!

E haverias de ter passado na loja dos doces para comprar as gomas de ursinho para o mais novo; o último DVD da *Guerra dos Tronos* para a do meio; a nova raquete de marca conhecida para o mais velho. E ainda haverias de passar na agência de viagens do *shopping*, para ver quanto poderia custar uma ida a Andorra no Natal. Que saudades da neve!

Pois... se não te tivessem cortado o ordenado e os suplementos; se não te tivessem aumentado tanto o IRS; se a factura da electricidade e do gás natural não tivesse subido tanto; se o uso dos telemóveis e a conta de Internet da família não tivessem ficado tão caros...

É melhor ires para casa, jantar com a tua família...

De caminho, vamos conversando sobre certas coisas para as quais continuas a não ter resposta segura.

E depois do jantar continuamos a nossa conversa.

E amanhã.

E depois de amanhã.

Neste regresso a casa depois de umas férias em sobressalto, as férias de quem receia que não possa voltar a ter férias, que não possa voltar a pagar um apartamento por 15 dias em regime de pequeno-almoço, cama feita, loiça lavada, casa arrumada;

Nesta reentrada na realidade cinzenta da periferia da grande cidade;

Neste sítio que não é a tua terra e que não vês como possas deixar, para voltar para aquela que consideras mesmo a tua «terra» (que já não

é tua, não esqueças que só passaste lá os primeiros 18 anos da tua vida e já vais em 30 na grande cidade; já não és da tua «terra», és daqui, esta já é realmente a tua terra);

Neste bairro de dormir (pouco) e entrar e sair à pressa.

Tudo parece agora ainda mais baço, mais puído, mais gasto, mais sujo, de tinta a descascar, cores a desmaiar, fungos e manchas a ganhar terreno à tinta exposta ao clima, parabólicas velhas a enferrujar.

Os prédios já estão a envelhecer, mas os bancos ainda recebem muito dinheiro por empréstimos com prazos que nunca mais acabam, com taxas de juro que te dizem ser baixas mas com alíneas que as engordam sem explicação – e ainda faltam 21 anos de uma eternidade a pagar a mensalidade.

Neste ano que devia ser de esperança, de verde que afinal amareleceu, como podes acreditar no que ouves, no que insistem em dizer-te?

Como podes acreditar numa afirmação e na sua contrária, na tese e na antítese, nas mil e uma contradições, promessas, juras e caminhos de salvação ou esconjuros de destruição?

Como podes acreditar nos políticos, nos analistas, nos especialistas, nos jornalistas que dizem, desdizem e se contradizem e nunca se calam, têm sempre algo para dizer?

Sim, não é só hoje.

Tenho-te visto por aí muito mais vezes, angustiado com esta austeridade que nunca mais acaba. Farto de ouvir políticos a dizer que a austeridade não leva a lado nenhum e a dizer que tem é de se aplicar dinheiro na Economia (sem perderem nem um segundo a explicar onde vão buscar esse dinheiro).

Sabes, todos os processos de ajustamento de economias foram assim. Em todo o tempo, em todas as épocas, em todas as circunstâncias. Sempre que precisámos de curar as bebedeiras de crédito e passar o período de ressaca.

Apanhámos sempre com desemprego elevado, falências de muitas empresas e mais desemprego.

Nenhum político to recorda, mas sempre foi assim – houve sempre consequências sociais pesadíssimas, de cada vez que foi preciso aplicar um plano de austeridade na sequência de uma deriva financeira do Estado, dos bancos, das empresas e das famílias.

Desta vez, tudo isso está a acontecer, mas há uma diferença – não tens de apanhar com uma enorme inflação a comer-te o pouco dinheiro que tens na carteira sem tu te aperceberes. Sempre tinha acontecido isso, em todos os ajustamentos anteriores, com ou sem FMI, mas desta vez, não.

Pelo menos isso. Não há inflação galopante.

Era o que aconteceria se estivesses no país do velho Escudo. Ou se tivéssemos voltado a ter moeda própria, os Escudos Novos.

Ainda bem que não é assim. Senão, ainda seria pior. Porque, com uma moeda própria, voltaríamos a andar sempre de desvalorização em desvalorização a cada novo problema de dívida externa...

Sabes, nesse esquema de desvalorizações cíclicas da moeda, os mais ricos safam-se sempre, os pobres ficam sempre sem defesa. Num país com moeda própria, ninguém de fora, ninguém verdadeiramente independente dos interesses nacionais, fiscaliza os mais ricos e a tendência inevitável para o seu conluio com os governantes, com o objectivo de definir e executar as medidas que os protejam sem vigilância orçamental e financeira; sem a fiscalização externa que existe forçosamente por estarmos no Euro, por fazermos parte da Moeda Única, ainda seria pior.

Sabes agora, por experiência própria, que as correcções rápidas em regime de união monetária são muito dolorosas. Para todos. Não há praticamente ninguém que escape. Embora a uns custe obviamente mais do que a outros. Mas até os accionistas dos bancos (BES e não só) tiveram de arcar com perdas enormes de capital nos últimos anos, na sequência da crise financeira.

Se fosse com moeda própria, tudo pareceria mais fácil. O Governo até iria aumentar os salários dos funcionários públicos e as pensões dos regimes público e de previdência dos privados. Os sindicatos e os partidos da oposição iriam reclamar mais aumentos para o sector privado e os patrões acabariam por ceder: os negócios pareceriam continuar a bom ritmo, a Economia poderia abrandar, mas menos. Pareceria não haver crise...

Pois. Mas entretanto, discretamente, o Banco de Portugal teria promovido uma forte desvalorização dos Escudos Novos ou qualquer outra moeda que tivéssemos a usar e todos os rendimentos que tu, que os teus vizinhos, que o teu patrão, que os portugueses em geral estivessem

a receber, estariam permanentemente a perder valor. A comprar cada vez menos para a mesma unidade de dinheiro.

Queres voltar a esses tempos?

Eu não quero. Lembro-me muito bem e não quero.

Podemos voltar a esses tempos?

Em teoria, podemos.

Na prática, seria uma calamidade.

Já lá voltaremos, a esta questão da saída do Euro e do uso de moeda própria, no decorrer desta conversa.

Mas para já, perguntas-me se não haverá nenhuma outra forma de resolvermos os nossos problemas sem todos estes cortes de salários, pensões e subsídios e estes aumentos de impostos que temos de aguentar.

Pois, é uma das maiores questões desta época bem dura e difícil.

A resposta honesta é: Não!

Também já lá iremos, mais em pormenor.

Mas quanto a essa história de austeridade não levar a lado nenhum? É verdade?

É mentira. Uma mentira pegada que certos políticos e analistas alegadamente independentes nos impingem. Também já lá iremos.

E quanto ao desemprego galopante, que chegou a ultrapassar os 17 por cento – pelo menos o oficial, já que o real deve ter sido bem maior –, afinal quem foram os culpados pela sua subida? Não foram estes governantes, os que aplicaram esta receita da Troika?

Toda a gente diz que sim, que foram eles...

Pois...

Sabes, a vida política, social, económica e financeira de um país decorre em planos de tempo diferentes uns dos outros. Sempre foi assim e todos os responsáveis políticos, analistas, especialistas, sabem que é assim. As causas do desemprego revelado agora em toda a sua crueza radicam em decisões de governos anteriores, muitas delas tomadas há 15 anos ou até mais.

Que um cidadão comum de instrução média pense que o culpado do aumento do desemprego e das falências é o Governo, que lançou um rigoroso plano de austeridade por causa da situação de falência iminente do país, é natural. É a consequência imediata que o cidadão vê.

O que me custa a aceitar é que economistas, especialistas em Finanças, ex-secretários de Estado, ex-ministros destas áreas, digam insistentemente que o Governo, que está a aplicar mezinhas para a cura, é que é o responsável pela doença.

Os primeiros são desconhecedores; os segundos são intencionalmente manipuladores. E fazem essa manipulação por interesse pessoal, de grupo, de lóbi, por interesse partidário ou por tendência ideológica. Não o fazem por interesse dos cidadãos, de ti, de mim, de cada um e de todos nós. Não o fazem por interesse nacional.

AFINAL, QUEM SÃO OS CULPADOS?

Vamos então analisar mais de perto todas as mentiras, meias-verdades e dúvidas que nos têm sido ditas e repetidas. São tantas, tantas, que provocam desconfiança, receio, alergia à política e o aumento da abstenção. Algumas têm resposta simples e directa. Outras nem tanto.

Vamos abordá-las sob a forma de perguntas, as perguntas que mais tenho ouvido fazer aos cidadãos portugueses, as mais frequentes que tu e os teus vizinhos me fazem quando nos encontramos na rua, no café, no supermercado.

Perguntas que me chegam também por telefone, ou por e-mail, para a SIC, onde trabalho. Como esta, por exemplo, de um espectador preocupado com a situação e o futuro do país:

«Boa tarde. Existe alguma reportagem publicada sobre de quem foi a culpa da crise económica em Portugal? Eu gostaria de obter esclarecimentos, mas com uma linguagem simples sobre o que causou a crise, melhor dizendo, quem são os culpados, com nomes e apelidos, como se diz na gíria! (A culpa) Foi dos bancos, dos contribuintes, dos políticos...? Em que medida é que cada um de nós é culpado? E porque é o contribuinte, na sua grande maioria, a pagar esta factura?»

Vamos então às perguntas que nos desassossegam.

1 – A Troika empobreceu o país?

Não. Quem empobreceu o país não foi a Troika.

Fomos todos nós, quando criámos a ilusão de que o país era mais rico do que efectivamente é. Quando nos últimos 30 anos decidimos viver a descoberto, a crédito, até chegar ao ritmo de 10 por cento de tudo o que produzimos, 17 mil milhões de euros anuais, financiados

com crédito externo. Uma torrente contínua de nova dívida, necessária para suprir as necessidades do país, porque a poupança interna tinha praticamente desaparecido.

Todos os cidadãos beneficiaram, pelo menos indirectamente, com este endividamento a um ritmo louco. Todos passaram a ter bons carros, melhores casas, a viajar e a ir muito mais a restaurantes, esplanadas e ginásios, a usar cada vez mais roupas e cosméticos de marca e telemóveis cada vez mais sofisticados.

Obviamente que, quando fomos obrigados pelos mercados a deixar de viver a crédito, quando fomos forçados a regressar ao nosso nível real de produção de valor, tivemos de baixar de nível de vida, de «empobrecer», na expressão mais corrente mas que não é tecnicamente correcta.

A expressão mais adequada para este fenómeno é: tivemos de «desalavancar», deixar de estar alavancados em dívida.

Mas nesta história da criação artificial de riqueza e da ilusão de que éramos ricos, há uns mais culpados do que outros. Os cidadãos em geral são os menos culpados. Aliás, a sua maior culpa foi ter deixado os verdadeiros culpados fazerem o que queriam, à vontade, sem limitações, sem perguntas, sem serem questionados...

2 – E os verdadeiros culpados, quem foram?

Foram os sucessivos governantes portugueses, que, sem olharem a meios para serem eleitos, se conluiaram com banqueiros ávidos de lucros, gestores sem visão apenas preocupados com os resultados trimestrais (e os seus próprios prémios auto-atribuídos), administradores fracos perante as exigências sindicais de aumentos e benefícios de toda a ordem, que criaram a ilusão de que o país era rico e podia aguentar um elevado nível de gastos públicos e privados.

Foram estes agentes políticos, económicos, financeiros, sindicais, que escolheram deliberadamente um modelo de crescimento económico baseado em crédito e sustentado em procura interna artificial.

Foram estes responsáveis políticos que puseram o Estado a gastar muito mais do que recebia e que, por ser o regulador maior da actividade económica dando o (mau) exemplo através da sua própria actuação, incentivou todos os outros agentes económicos a fazerem o mesmo, a gastarem como se não houvesse amanhã, para isso pedindo

lá fora o dinheiro que não tinham e levando a que todos os agentes económicos em geral vivessem acima das suas possibilidades.

Do ponto de vista individual, há muitos cidadãos que se queixam agora de que estão a pagar caro uma crise que não geraram, nunca gastaram mais do que tinham, nunca pediram emprestado. É, por isso, injusto serem chamados a pagar como os outros. Mas esquecem-se de que, se não fizeram dívida, alguém a fez em nome deles – os políticos, os gestores públicos e privados, os banqueiros – e são por isso co-responsáveis. Estes cidadãos são muito menos culpados do que os políticos, isso é óbvio. A única culpa que têm é de não ter levantado a voz para os impedir de fazer o que fizeram.

Fatalmente, este modelo teria de levar o país a uma situação de pré-falência. A correcção, ou «empobrecimento», não foi mais do que a clarificação de um erro económico gigantesco. Não foi a Troika que construiu esse erro, fomos todos nós. Uns mais culpados do que outros, mas fomos nós. (É tão cómodo atribuir a terceiros a culpa e as consequências dos nossos próprios erros...)

Os responsáveis por essa ficção foram os governos anteriores, que gastaram o dinheiro que não tinham – que pediram lá fora – para satisfazerem promessas eleitorais e cederem aos lóbis dos partidos, dos negócios, da finança, da especulação e do sindicalismo; foram os sucessivos presidentes da República, que autorizaram esses gastos sem levantar a sua voz alto e bom som para dizer claramente que se estava a comprometer o futuro do país.

Os responsáveis foram Cavaco Silva (quando primeiro-ministro), António Guterres, Durão Barroso, Pedro Santana Lopes e José Sócrates – este último, em muito maior grau do que os anteriores, porque carregou ainda mais no acelerador do endividamento; foram os presidentes Mário Soares, Jorge Sampaio e Cavaco Silva (já em Belém), que deixaram passar as políticas da facilidade à custa de crédito externo; deixaram passar os negócios milionários de privados com custos escondidos para o contribuinte; foram os banqueiros, que intoxicaram o Estado, as empresas e as famílias com crédito excessivo para engordarem os lucros em juros e comissões; que forçaram os negócios de parcerias, de desorçamentação, de retirada de despesa efectiva da esfera do Estado, não deixando de a fazer mas de forma indirecta, como, por

exemplo, nas PPP, nos *swaps*, nos produtos estruturados que depois revelaram perdas enormes para todos.

Os responsáveis pelo aumento das falências e do desemprego durante a aplicação do Programa de Assistência Financeira foram também, como já dissemos, em processo diferido no tempo, os presidentes dos maiores bancos, incluindo o anterior governador do Banco de Portugal.

Deixaram correr o crédito para actividades especulativas e insustentáveis como o imobiliário, a construção e o investimento através da Bolsa em meia dúzia de empresas protegidas da concorrência e em acções dos próprios bancos, em vez de esse crédito ter sido orientado para a Economia de bens transaccionáveis.

Responsáveis foram boa parte dos super-gestores do PSI 20 e de alguns dos maiores escritórios de advogados do país, a que estão ligados muitos políticos, deputados e dirigentes partidários.

Foram todos culpados pela má aplicação na nossa economia de recursos gigantescos obtidos a crédito lá fora, ao apostarem num modelo errado. Foram mais culpados do aumento do desemprego e das falências do que a Troika e do que qualquer um dos cidadãos que agora tem de pagar a crise.

Quanto à Troika, foi uma parceria entre três clubes, aos quais Portugal aderiu de livre vontade e paga quotas regularmente – FMI, União Europeia (representada pela Comissão) e Banco Central Europeu –, que se substituíram aos credores privados nos mercados financeiros internacionais quando Portugal deixou de ter acesso a mais empréstimos privados para cobrir amortizações de dívida e novas necessidades de financiamento decorrentes de défices galopantes.

A Troika foi constituída pelos três novos credores oficiais que, à última hora, emprestaram 78 mil milhões de euros para salvar o Estado português e, em consequência, salvaram também os bancos nacionais da falência iminente, da falha de pagamentos, dos «incidentes de crédito» que são o terror dos investidores nos mercados financeiros!

Por se confundir facilmente o médico com o carrasco, a aversão à Troika está de tal forma enraizada na nossa sociedade, que até os jornais de referência publicam cartas de crianças a chamar nomes feios aos representantes dos credores internacionais. Mas, em bom rigor, os culpados foram outros. Os que atrás ficam apontados.

3 – Mas então, a Troika e o actual governo não são responsáveis pelo aumento do desemprego, das falências e da queda do PIB?

Claro que a aplicação do Programa de Assistência Financeira da Troika, que exigia condições duras em termos financeiros para o Estado, teve esse efeito imediato. Manter o mesmo tipo de Economia, o mesmo nível de emprego que havia antes, significaria continuar a aumentar indefinidamente a já gigantesca pilha de dívida pública e externa. Teria sido possível continuar na mesma vida se os investidores quisessem, continuando a emprestar-nos dinheiro a juros baixos, mas deixaram de querer, ao aumentar os juros exigidos ao país, tornando-os impossíveis de suportar.

Ao cortar o nível de gastos do Estado em salários, pensões e subsídios, bem como outras compras de bens e serviços nos mercados interno e externo, o Governo levou a generalidade dos agentes económicos a corrigir em baixa o nível de salários e o número de empregos que mantinham. Sim, com esta actuação, o Governo e a Troika foram directamente responsáveis pela perda de centenas de milhares de empregos. Sectores como, por exemplo, o da construção e do imobiliário, da restauração, do comércio automóvel, não podiam simplesmente continuar a ter a dimensão que tinham. Não havia mais crédito externo para canalizar pelos bancos para a Economia nacional, nem poupança suficiente no mercado interno para sustentar este modelo. Por isso, a correcção do erro gigantesco traduziu-se em falências e em desemprego em massa.

Ao aceitarem emprestar o dinheiro suficiente para evitarmos a bancarrota, os credores internacionais exigiram condições duras. Exigiram que este tipo de Economia fosse alterado rapidamente e que se passasse a apostar em bens transaccionáveis, sujeitos à concorrência interna e externa, que se apostasse no aumento das exportações de bens e serviços, para não continuarmos eternamente a viver à custa de dívida nova.

A transição entre um e outro modelo de Economia teria inevitavelmente de gerar desemprego, falências e redução de actividade económica em geral.

O PIB caiu mais de 5 por cento em termos acumulados em três anos, desde o início de 2011 até ao final de 2013. Mas até podia ter sido pior.

Ao decidirem fazer esta transição de modelo económico num período limitado de tempo, a Troika e o Governo são directamente responsáveis pelo resultado.

Mas se não fizessem a correcção que tinha de ser feita, se mantivessem tudo na mesma, para preservar os mesmos empregos, as mesmas empresas, o mesmo tipo de Economia insustentável que existia, o que teria acontecido?

Em teoria, poderíamos ter continuado sem tomar as decisões difíceis, pedindo alegremente cada vez mais dinheiro nos mercados internacionais.

Na prática, tivemos de tomar as decisões difíceis porque já ninguém nos emprestava mais dinheiro. Com os juros a cerca de 20 por cento ao ano, todo o dinheiro pedido duplicava de valor a pagar em pouco mais de cinco anos, uma situação insustentável.

Fomos obrigados a mudar de vida pelos credores internacionais, que já não nos emprestavam mais dinheiro a um juro aceitável.

Sim, o Governo e a Troika foram culpados por terem feito a transição de um modelo para outro, com desemprego e falências em série.

As razões que estiveram na base da necessidade dessa transição são complexas, profundas e envolvem outros agentes políticos e económicos que são os verdadeiros culpados do desemprego e das falências.

Seja um governo PSD-CDS, como é o caso, ou tivesse sido um governo PS, PS-CDS, PS-PSD ou outro qualquer, todos seriam forçados a fazer o mesmo. Caso contrário, as sucessivas tranches do empréstimo da Troika não seriam libertadas.

A não ser que tivéssemos declarado o incumprimento e tivéssemos saído do Euro, como propõem ou pelo menos sugerem o PCP e o Bloco de Esquerda. Com todas as consequências que facilmente se podem adivinhar.

4 – Muita gente diz que o cumprimento do Programa de Assistência Financeira com uma dose brutal de austeridade foi uma aposta errada... Devíamos antes ter apostado no crescimento económico e na criação de emprego. É verdade?

Esta pergunta, em jeito de afirmação, pressupõe que havia alternativa à austeridade. Não havia. O Governo aplicou o programa sem ter

outra opção. Deixou de haver alternativa em 2011. Na verdade, parte da Economia que existia até aquela altura era de ficção, parte dos empregos não eram sustentáveis, parte da nossa riqueza era uma mentira colectiva que já muito tempo antes não era sustentável.

Qualquer governo que tivesse assumido o poder em Portugal em Junho de 2011 teria sempre de fazer o papel de administrador judicial: teria sempre de convencer todos os envolvidos na «empresa» a receber relativamente menos, para evitar o colapso.

E em bom rigor, se o papel do administrador judicial é evitar que a empresa vá à falência e por isso tem de reduzir custos de forma drástica, então é razoável pensar que foi ele que pôs a empresa à beira da falência? Que foi o culpado?

Com certeza que não foi ele. Por definição, foram todos os sócios gerentes que andaram a descapitalizar a empresa durante anos a fio. Que andaram a gastar dinheiro em compras em Paris, em férias na Jamaica, em viagens com os miúdos a Miami, em fins-de-semana alargados em Veneza. Por definição, quando é preciso designar um administrador judicial para a empresa, é porque alguém a desequilibrou antes, e não podia ter sido o próprio...

Por definição, o papel que o actual governo tem desempenhado desde Junho de 2011 é o de administrador judicial da empresa Portugal. E se foi chamado para desempenhar este papel, é porque alguém antes desequilibrou as Finanças e a Economia do país. Por definição.

5 – É verdade que a austeridade falhou em toda a linha? É, então, preciso estimular a Economia e apostar no crescimento?

A questão é apresentada como se se tratasse de duas políticas completamente antagónicas, incompatíveis, em que uma exclui forçosamente a outra.

A política de austeridade, aplicada às contas do Estado, significa cortar despesas, aumentar impostos ou combinar ambas com o objectivo único de reduzir o défice.

Mas na verdade pode e deve ser feita austeridade ao mesmo tempo que se estimula o crescimento económico. Não são incompatíveis.

O problema é que quem está contra a austeridade por princípio diz logo que as políticas de austeridade e crescimento são antagónicas e

entende que estimular a Economia é gastar mais dinheiros públicos – do Estado ou em nome do Estado – em grandes projectos de investimento («mais plataformas logísticas», na concepção de Carlos Zorrinho, dirigente socialista), em subsídios do Estado a actividades económicas, sem cuidar de perceber se são auto-sustentáveis e de onde vem mais dinheiro para garantir estes estímulos económicos.

Pelo contrário, se se entender a política de crescimento económico como a libertação de burocracias para que os empresários invistam livremente; como a eliminação de estruturas do Estado central, regional e local, que se atropelam nos processos de licenciamento emperrando os projectos; como a simplificação de leis e planos de ordenamento e ambiente; como a promoção de crédito mais barato, fazendo concorrência aos bancos instalados com um novo banco de fomento que já devia estar a funcionar há muito; como a pressão para que se baixem os custos de electricidade, gás, combustíveis líquidos, telecomunicações; como uma reforma a sério da Justiça. Se se entender assim a política de crescimento económico, esta não é incompatível com a austeridade. Pelo contrário, complementam-se, são indissociáveis.

O problema é que, tendo cortado o investimento público porque já não tinha dinheiro, o Governo esqueceu-se de aplicar esta parte importantíssima da política de crescimento, um dos maiores erros dos últimos três anos em Portugal.

Mas, apesar de ter provocado um imediato e brutal aumento do desemprego e das falências, a austeridade não falhou em toda a linha. A Economia voltou a crescer, o desemprego estabilizou e até está a diminuir, as exportações aumentaram muito nestes três últimos anos e as contas externas medidas pelas balanças corrente e de capital voltaram a estar equilibradas ao fim de muitas décadas. É para este reequilíbrio externo, mais do que para o saldo das contas do Estado (que, apesar de ter baixado muito, ainda é negativo, isto é, ainda há défice), que os investidores dos mercados financeiros internacionais olham em primeiro lugar.

Aqui chegados, não esqueçamos este ponto muito importante: é de elementar justiça dizer que parte substancial do crescimento das exportações nos últimos três anos e da reanimação de alguns sectores sustentáveis e altamente concorrenciais (por exemplo, o turismo) é o